

Propostas para o pré-sal geram polêmica

Urgência para exame das propostas do marco regulatório da exploração do pré-sal é defendida por Mercadante e condenada por outros senadores. **5**

Waldemir Barreto



André Delgado de Souza (E) e André Luiz Mendes, ao lado de João Pedro e Romero Jucá, falam à CPI da Petrobras

Técnicos do TCU apontam sobrepreço em refinaria

Secretário de fiscalização e auditor do TCU apontam indício de "jogo de planilha" no contrato de construção da Abreu e Lima. **2**

Novas regras para eleições podem ser votadas hoje

Marco Maciel e Eduardo Azeredo, relatores da proposta de reforma eleitoral, obtêm consenso sobre pontos polêmicos. Projeto poderá ser aprovado hoje em comissões e até no Plenário, em regime de urgência

Waldemir Barreto

Na reunião, José Agripino (E), Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Sérgio Zambiasi, Demostenes Torres, Serys Slhessarenko, Azeredo, Maciel e Aloizio Mercadante



A proposta estabelece a propaganda obrigatória para todas as emissoras de rádio e de televisão abertas, mas não para a TV por assinatura. Houve consenso também sobre a proibição aos governos de criarem projetos de assistência social, ou ampliar os já existentes, durante a campanha. Fica proibida a pintura de muros e a fixação de cartazes. Se aprovada, a proposta volta ao exame da Câmara. **4 e 5**

CPI do Senado vai investigar fraudes em remédios

Composta de 11 senadores, a nova comissão parlamentar de inquérito terá 180 dias para examinar denúncias sobre falsificação

de medicamentos e equipamentos médicos. Segundo o autor da proposta, senador Romeu Tuma, a Anvisa criou uma assessoria com a

finalidade específica de acompanhar as fraudes e descobriu uma estrutura sofisticada de adulteração de remédios. **3**

Plenário acolhe oito acordos internacionais



Sarney preside sessão em que o Senado deliberou sobre tratados internacionais

Gerardo Mogeia

Projetos de decretos legislativos com textos de oito acordos internacionais foram aprovados ontem pelo Plenário do Senado. Um dos acordos institui fundo de financiamento educacional do Mercosul. Ainda na área desse bloco econômico, foi aprovado acordo entre Brasil e Paraguai para desenvolvimento sustentável e gestão integrada da bacia do rio Apa. **3**

Comissão aprova uso de óleo vegetal como combustível

Objetivo da proposta acolhida pela Comissão de Agricultura é baratear os custos de produção para o setor agropecuário. **6**

Goellner: combustível alternativo não prejudica a oferta de óleo para fins alimentares



J. Freitas

Técnicos do TCU apresentam, em depoimento, relatório que aponta irregularidades na construção da Refinaria Abreu e Lima. Ideli Salvatti e Delcídio criticam auditoria



Jucá (D) e João Pedro (2º à dir.) acompanham na CPI da Petrobras depoimentos de André Delgado (E) e André Luiz Mendes

Audidores confirmam em CPI indício de superfaturamento

EM DEPOIMENTO NA tarde de ontem à CPI da Petrobras, o secretário de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União (TCU), André Luiz Mendes, e o auditor de Contas Externas do órgão, André Delgado de Souza, apresentaram relatório que aponta superfaturamento na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Ipojuca (PE).

Segundo os dois técnicos, há indícios de "jogo de planilha no contrato de construção" da refinaria: teria havido contratação de serviços com sobrepreço, mas a quantidade executada seria menor do que a prevista.

O TCU também verificou distorções na medição da terraplanagem. Pelo contrato, a obra utiliza o critério padrão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), o Sicro. Porém, a Petrobras teria feito adaptações no referencial para atender a particularidades da refinaria, o que aumentou os custos.

A estatal argumenta que o

terreno e também as condições de trabalho na refinaria exigiram soluções específicas para o cálculo do aproveitamento das máquinas utilizadas e do pagamento das horas extras dos trabalhadores, por exemplo.

Essa foi também a posição do senador Delcídio Amaral (PT-MS), que criticou expressões como "sobrepreço" e "superfaturamento" no relatório do Tribunal.

A inspeção na obra pelo TCU aconteceu em março deste ano. Até hoje, porém, de acordo com os técnicos, o tribunal não recebeu a documentação com os esclarecimentos solicitados.

O processo foi encaminhado ao Ministério Público para emissão de parecer. Se for detectada irregularidade, pode ser decretada a indisponibilidade dos bens dos responsáveis.

Contestação

Ideli Salvatti (PT-SC) questionou os dados apresentados pelos técnicos. De acordo com a senadora, o Supremo Tribu-

nal Federal (STF) reconheceu o direito da Petrobras de adotar o procedimento licitatório simplificado.

Em momento tenso da reunião, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) chegou a dizer que Ideli estava "sendo ridícula", e acusou-a de tentar transformar os técnicos do TCU no "caseiro Francenildo da CPI da Petrobras", em referência à CPI dos Bingos.

O presidente da CPI, senador João Pedro (PT-AM), explicou que a dúvida entre licitação simplificada e Lei Geral de Licitações estava no programa de trabalho do colegiado.

Já Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a Petrobras por ter chamado a Pini Serviços de Engenharia para atestar a proibidade dos números da Abreu e Lima. Segundo o parlamentar, a Pini é a mesma empresa que rebateu denúncias de superfaturamento no prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, no início da década de 90.

Senadores prestam homenagem ao ministro Menezes Direito

O falecimento do ministro Carlos Alberto Menezes Direito, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi lamentado ontem por diversos senadores.

Menezes Direito morreu na madrugada de ontem, aos 66 anos, em decorrência de problemas no pâncreas. Ele era ministro do STF havia quase dois anos.

O presidente do Senado, José Sarney, divulgou nota à imprensa na qual afirma que o ministro "dignificou a magistratura e transformou-se num ícone de juiz austero, íntegro, justo, tendo exercido grande liderança nos tribunais em que trabalhou".

"O Senado Federal associa-se ao pesar de sua família e comunga da tristeza dos juízes e juristas pelo falecimento do ministro Carlos Alberto Menezes Direito, bem como solidariza-se com o Supremo Tribunal Federal

pela perda de um dos seus mais expressivos membros", afirma.

Em dois julgamentos polêmicos do STF, o voto do ministro teve destacada participação. Em maio de 2008, ele votou a favor da pesquisa com células-tronco embrionárias, com restrições ao uso dos embriões nas pesquisas. Em março deste ano, Menezes Direito apresentou 19 condições para a demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Tais ressalvas passaram a servir como parâmetros para novas demarcações.

Voto de pesar

Um requerimento de voto de pesar pela morte foi apresentado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) à Mesa do Senado.

Ao abrir a sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Demostenes Torres (DEM-GO) manifestou pesar pela morte de Menezes Direito. Flávio Arns



Ministro teve atuação destacada em votação no STF sobre reserva indígena (sem partido-PR), ao presidir a Comissão de Educação (CE), também lamentou o falecimento.

Valter Pereira (PMDB-MS) lembrou que foi relator da indicação de Menezes Direito à vaga no Supremo e disse que o ministro, em sua sabatina na CCJ, em agosto de 2007, demonstrou impressionante e notável saber jurídico, além de dedicação à causa pública.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Heráclito Fortes (DEM-PI), Renato Casagrande (PSB-ES) e Francisco Dornelles (PP-RJ) associaram-se às homenagens.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário pode votar proposta sobre caatinga

A sessão deliberativa começa às 14h. Entre os itens da pauta, proposta de emenda à Constituição que inclui a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, José Sarney, comanda, às 16h, a ordem do dia da sessão plenária.

CCT examina padronização

Na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que se reúne às 8h30, consta projeto de lei que torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de autoatendimento da rede bancária. Vinte outros projetos incluídos na pauta tratam de concessão para a exploração de serviços de radiodifusão.

CMO delibera sobre créditos especiais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa, às 14h30, três projetos que destinam crédito especial, no valor de mais de R\$ 280 milhões, a órgãos públicos.

CAS: apoio a filho de portadora de HIV

Projeto que trata da distribuição gratuita de medicamentos aos portadores de HIV e doentes de Aids, com o objetivo de incluir o fornecimento do leite materno para os filhos de mães portadoras de HIV, é um dos itens da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A reunião está marcada para as 11h.

Na CE, patrimônio subaquático

A Comissão de Educação (CE) analisa, às 10h, projeto de lei sobre o patrimônio cultural subaquático. Entre os convidados, o diretor de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan, Dalmo V. Filho; a professora do Museu Nacional do Rio de Janeiro Simone Souza; e o representante da Marinha, comandante Tomé Albertino Machado.

CPI da Pedofilia analisa requerimentos

A CPI da Pedofilia, que investiga a utilização da internet na prática de crimes de pedofilia, examina, a partir das 16h, diversos requerimentos.

Lançamento de livro

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) convida para o lançamento, às 18h, do livro *Despesa pública e corrupção no Brasil*, de autoria do promotor Ruzel Cavalcante. O evento será realizado na Biblioteca do Senado Federal.

CMA vota mudança no Código do Consumidor

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) prossegue, às 15h, a reunião de ontem para examinar 14 itens, entre eles propostas que alteram o Código do Consumidor. Outro projeto estabelece que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis.

CCJ e CCT votam reforma eleitoral

Em reunião conjunta às 9h, as comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Ciência e Tecnologia (CCT) votam a proposta de reforma eleitoral aprovada pela Câmara dos Deputados. O projeto altera a lei dos partidos políticos e fixa normas para as eleições do próximo ano, entre outras medidas.

CDR: proibição de presídio em cidades turísticas

Às 9h30, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) examina projeto de lei do Senado que veda a instalação de presídios em cidades turísticas. Outra proposta garante a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda.

CDH: moradia para mulher arribo de família

Às 9h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) examina, entre outros, projeto de lei da Câmara que propõe a reserva de recursos públicos destinados à habitação da mulher responsável pelo sustento da família.



Romeu Tuma: falsificação de medicamentos atinge nível alarmante

Senado cria CPI para investigar fraude em remédio

Foi lido ontem em Plenário o requerimento de criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a apurar a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos no Brasil. O requerimento foi iniciativa do senador Romeu Tuma (PTB-SP). A CPI será composta de 11 senadores e sete suplentes, funcionará pelo prazo de 180 dias e tem como limite de despesas o valor de R\$ 50 mil.

Romeu Tuma justificou a criação da CPI com o noticiário sobre falsificação de remédios e equipamentos médicos, que levou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a intensificar a fiscalização de medicamentos, próteses, instrumentos cirúrgicos e toda espécie de materiais relacionados a saúde.

O senador assinalou que a situação alcançou um nível tão alarmante que, há dois anos, a Anvisa criou a Assessoria de Segurança Institucional apenas para investigar esse tipo de crime. Segundo ele, foi descoberta uma estrutura sofisticada para a montagem de equipamento médico e (ou) adulteração de remédios em larga escala.

Cícero Lucena quer incluir municípios no semiárido

Cícero Lucena (PSDB-PB) defendeu a inclusão no semiárido nordestino de 21 municípios de seu estado pertencentes à microrregião de Guarabira. De acordo com o senador, essa inclusão deverá permitir que milhares de produtores rurais paraibanos e suas famílias que convivem com o dilema da seca possam se beneficiar com as políticas públicas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) destinadas a minimizar os efeitos causados pelos fenômenos climáticos.

– Sem o reconhecimento do Ministério da Integração Nacional, os municípios estão impedidos de receber ações básicas de combate aos efeitos da seca, como a construção de cisternas de placas, a perfuração de poços artesianos e a construção e a ampliação de reservatórios de água, entre outros – disse.

Segundo Cícero Lucena, todos os municípios da microrregião de Guarabira se encaixam em, pelo menos, um dos critérios estabelecidos pela Sudene para o enquadramento no semiárido, sendo o mais comum o do “risco de seca”.

Plenário aprova textos de oito acordos internacionais firmados pelo Brasil

Projetos de decretos legislativos com os textos de oito acordos internacionais foram aprovados ontem em Plenário pelo Senado. Todos eles já haviam sido acatados na Comissão de Relações Exteriores (CRE). Entre esses atos, estão o que cria fundo

de financiamento educacional do Mercosul, o que prevê mudanças na Organização Hidrográfica Internacional, emendas a normas para formação de tripulantes de navios mercantes e acordos com Israel, Espanha, México, Paraguai, Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Assistência mútua com Israel para setor aduaneiro

O texto de acordo com Israel aprovado ontem prevê assistência mútua administrativa entre os dois países para a aplicação da legislação aduaneira e a prevenção, a investigação e o combate a infrações no setor. O acordo foi celebrado em Jerusalém, em 2006.

O PDS 483/09 é oportuno, segundo seu relator na CRE, Romeu Tuma (PTB-SP), pois busca o “equilíbrio entre a facilitação e o controle, para assegurar a livre circulação do comércio lícito e satisfazer as necessidades dos governos de proteção da sociedade e das receitas”.

Dependentes de pessoal diplomático

O acordo por troca de notas entre Brasil, Grã-Bretanha e Irlanda do Norte permite que os dependentes do pessoal diplomático e consular – administrativo e técnico – designado para exercer uma missão oficial em outro país contratante sejam autorizados a exercer atividade remunerada, de acordo com a legislação do país em que se encontram.

O PDS 493/09, que aprova o texto do acordo celebrado em Brasília, em maio de 2007, recebeu parecer favorável da CRE, onde foi relatado por Fernando Collor (PTB-AL).

Cooperação com México em área penal

O tratado de cooperação jurídica internacional em matéria penal entre Brasil e México tem por objetivo tornar mais eficaz a aplicação da lei de ambos os países no que diz respeito a investigação, ação penal e prevenção do crime, por intermédio da cooperação e da assistência jurídica mútua, segundo esclareceu o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

O PDS 505/09, que ratifica o tratado assinado na Cidade do México, em 2007, foi relatado na Comissão de Relações Exteriores por Romeu Tuma (PTB-SP).

Acolhida decisão sobre fundo para financiar educação no Mercosul

A decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) que criou o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (FEM) foi aprovada ontem pelo Plenário.

Adotada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004, a decisão teve voto favorável de Alvaro Dias (PSDB-PR), relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O texto, aprovado no Senado por meio do Projeto de Decreto Legislativo 487/09, determina que o objetivo do FEM é financiar os programas e projetos do setor educacional do Mercosul, com vistas ao fortalecimento do processo de integração regional.

Esse fundo está aberto à participação dos países do Mercosul mediante troca de notas entre o Estado interessado e o CMC. Os ministros da educação desses países formam o órgão responsável pela distribuição dos recursos

para os programas e projetos, seguindo as diretrizes do plano operacional anual para o setor educacional do Mercosul.

Ficou estabelecido também que o fundo será constituído pelas contribuições dos países do Mercosul e dos demais países associados; por rendimentos; e por contribuições extraordinárias de terceiros países, de outros organismos e do setor privado. De acordo com tabela fixada no documento, ficam definidas uma contribuição mínima de cada estado membro, no valor de US\$ 30 mil por ano, e uma contribuição variável, proporcional ao número de matrículas escolares de cada país.

A contribuição variável do Brasil foi fixada em US\$ 132 mil – a maior do bloco – e a do Uruguai ficou em US\$ 2 mil – a menor. O total dos recursos do fundo deverá ser de US\$ 360 mil anuais.

Normas orientam treinamento de tripulação

Resoluções do Comitê de Treinamento da Organização Marítima Internacional resultaram em emendas à convenção internacional que estabelece padrões mínimos de formação e treinamento para os tripulantes dos navios mercantes. O Plenário acolheu essas resoluções ao aprovar o PDS 507/09, relatado na CRE por Renato Casagrande (PSB-ES). O senador explica que essas tripulações estão inseridas em ambiente de elevada interatividade internacional, o que torna crítico o aspecto principal da padronização de seus procedimentos de trabalho.

Mudanças em organização hidrográfica

O texto do protocolo de emendas à Convenção da Organização Hidrográfica Internacional, assinado em Brasília, em 2007, foi aprovado em Plenário por meio do PDS 509/09. A convenção foi concluída em 1967 e recebeu a adesão de 76 países, um dos quais o Brasil. Já o protocolo foi aprovado em 2005 e contém uma série de emendas à convenção que alteram a estrutura da Organização Hidrográfica, atualizando ainda sua missão e seus objetivos.

O relator do projeto na CRE foi Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Trabalho de familiares na Espanha

Acordo entre Brasil e Espanha, assinado em Madri, em 2007, permite a dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico de missões diplomáticas e repartições consulares o livre exercício de atividades econômicas remuneradas. Segundo o texto aprovado ontem (PDS 494/09), para ter direito a exercer a atividade remunerada, a embaixada do país originário deve solicitar autorização ao governo do país em que estiver o pretendente ao emprego. Na CRE, o projeto foi relatado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Bacia hidrográfica do rio Apa

A bacia do rio Apa encontra-se numa área de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, na região da bacia do Prata denominada Alto Paraguai



Fonte: Agência Nacional de Águas - ANA

Acordo entre Brasil e Paraguai para gestão da bacia do rio Apa

O texto do acordo de cooperação entre o Brasil e o Paraguai para o desenvolvimento sustentável e a gestão integrada da bacia hidrográfica do rio Apa, na região denominada Alto Paraguai, foi uma das propostas acolhidas ontem pelo Plenário.

O ato internacional foi celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006. A bacia do Alto Paraguai apresenta uma superfície de 490 mil quilômetros quadrados, dos quais 77,55% estão em território brasileiro e pertencem ao sistema do Pantanal mato-grossense.

O projeto (PDS 112/08) já havia sido aprovado na Comissão de Relações Exteriores (CRE), onde foi relatado por Pedro Simon (PMDB-RS).

A matéria também foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pela Representação Brasileira no Parlasul.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, esclareceu que os dois países se comprometem, com esse acordo, a identificar áreas de interesse comum e a realizar estudos, programas e obras, além de formular entendimentos e instrumentos jurídicos destinados à conservação e à utilização racional dos recursos hídricos.

Os dispositivos mais importantes do acordo são: promover a gestão integrada da bacia hidrográfica do rio Apa; criar uma comissão mista dos dois países para o desenvolvimento sustentável e a gestão integrada da bacia hidrográfica do rio Apa; e possibilitar que os países indiquem entidades públicas, privadas, organismos internacionais e organizações não governamentais para desenvolverem atividades previstas no acordo.

Reforma eleitoral poderá ser votada hoje em comissões e até no Plenário

Os relatores Marco Maciel e Eduardo Azeredo reúnem-se com senadores de vários partidos e obtêm consenso em torno de itens polêmicos da proposta, que, se aprovada, volta ao exame da Câmara

OS RELATORES DO projeto de lei (PLC 141/09) que institui a reforma eleitoral reuniram-se ontem com senadores de vários partidos e conseguiram consenso em torno de itens polêmicos da proposição. Os senadores Marco Maciel (DEM-PE), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), relator na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), vão apresentar um relatório conjunto nas duas comissões. Até a tarde de ontem haviam sido apresentadas 125 emendas ao texto.

As comissões realizam audiência conjunta hoje e, aprovada a matéria, essa será levada ao Plenário em regime de urgência, para ser votada no mesmo dia. O que não for consensual será decidido no voto. Além dos relatores, participaram da reunião os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Antônio

Carlos Valadares (PSB-SE), Demostenes Torres (DEM-GO), Inácio Arruda (PCdoB-CE), José Agripino (DEM-RN), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

Primeiro a falar na entrevista coletiva após a reunião, Mercadante salientou que a propaganda será obrigatória para todas as rádios e televisões abertas, mas não para a TV por assinatura. As TVs comunitárias também poderão exibir a propaganda política, uma vez que, em muitos lugares, como lembrou Marco Maciel, elas são o único canal com a população.

Outro consenso obtido na reunião foi a proibição aos governos de criarem novos projetos de assistência social, ou ampliar os já existentes, durante a campanha. Ficam preservados os reajustes dos pagamentos desses projetos. Foi mantida a proibição de participação de candidatos em inaugurações de obras públicas.



Em busca de consenso, José Agripino (E), Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Sérgio Zambiasi, Demostenes Torres, Serys Slhessarenko, Eduardo Azeredo, Marco Maciel e Aloizio Mercadante

Regras admitem publicidade na internet

Além da publicidade gratuita em páginas criadas na internet para a propaganda eleitoral, os senadores decidiram que os sites noticiosos cujo conteúdo se assemelhe aos jornais impressos poderão publicar propagandas pagas de candidatos. Mas, ao contrário dos jornais de papel, somente veicularão anúncios de candidatos a presidente da República.

A regra é a mesma que vale para os jornais: no máximo dez anúncios para cada candidato, em datas diferentes, até dois dias antes da eleição, no formato de até um oitavo de página de um jornal formato standard.

Outra modificação é a possibilidade de doações pela internet mediante débito na conta telefônica. Também poderão ser feitas doações por meio de cartão de débito e por boleto bancário, e não mais apenas por cartão de crédito, como previsto no projeto aprovado na Câmara. Foi mantida a possibilidade de doações apenas ao partido, sem especificar o candidato.

Proibição de pintura em muro e fixação de cartaz

Para baixar os custos da campanha e gerar menos poluição visual, os senadores concordaram em proibir a pintura de muros de propriedades particulares, assim como a fixação de cartazes, placas ou inscrições. Foi mantida a permissão para cartazes não colantes, banners não afixados e faixas.

Por questão de segurança e economia, os senadores decidiram acabar com o voto em trânsito para presidente da República.

Também houve acordo para que as dívidas de candidatos sejam mantidas na instância partidária a ela correlata. Assim, caso um candidato a deputado estadual não tenha pagado uma dívida, essa será de responsabilidade dele, em primeiro lugar, e da executiva estadual do partido, em segundo.

Os senadores chegaram a consenso para impedir a impressão de votos pelas urnas eletrônicas. Também houve acordo sobre a destinação de 5% do Fundo Partidário para incentivar a participação feminina nas eleições.

Relatores querem alterações mais profundas

O senador Marco Maciel lembrou que as mudanças introduzidas no Senado determinam que o projeto seja forçosamente reexaminado pela Câmara dos Deputados, que pode derrubar todas as alterações feitas. Ele observou, no entanto, que há "um clima favorável" para essas mudanças.

Marco Maciel lamentou que as próximas eleições serão feitas sem a reforma política, que possibilitaria "um sistema eleitoral mais compatível com a democracia no país". Ele defende "reformas institucionais essenciais à governabilidade", a começar pela mudança do sistema de votação proporcional em listas abertas, que "não vincula o eleitor ao partido". Para o senador, é necessário outro sistema no qual o eleitor faça uma opção programática.

Eduardo Azeredo afirmou que o projeto que veio da Câmara "é um projeto bom, é um projeto possível". Segundo ele, uma reforma eleitoral mais profunda tem de ser feita no início de governo.



Nilcéa Freire pede ao presidente da Casa que avanços na participação política feminina conseguidos na reforma eleitoral da Câmara sejam mantidos no Senado

José Sarney apoia cotas para candidaturas de mulheres

O presidente do Senado, José Sarney, declarou seu apoio à manutenção, no texto da reforma eleitoral aprovada pela Câmara, de normas que garantem maior participação feminina na vida político-partidária do país. Ele manifestou sua opinião durante audiência com a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, e com um grupo de mulheres representantes da comissão tripartite, formada por integrantes do Legislativo, Executivo e da sociedade civil organizada, que elaborou sugestões para a nova Lei Eleitoral.

A matéria, sob análise das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), será votada em reunião das duas comissões marcada para hoje.

Nilcéa Freire pediu a José Sarney que os avanços alcançados no texto da Câmara sejam mantidos no Senado. As conquistas são pequenas, disse, mas importantes para a participação política feminina.

As três principais alterações destacadas pela ministra são as seguintes: garantir que os partidos políticos sejam obrigados

a "preencher" 30% de suas candidaturas com mulheres e não apenas "reservar" 30% das vagas para elas, como determina o texto atual; assegurar 5% do Fundo Partidário para a capacitação de mulheres e reservar para elas 10% do total anual do tempo de propaganda política do partido.

Para a coordenadora da bancada feminina federal, deputada Alice Portugal, que integrou a comitiva, as mudanças são "o maior marco regulatório que as mulheres podem conquistar depois da lei do voto e da política de cotas".

Urgência para o pré-sal volta a causar polêmica

O lançamento da proposta do governo para a exploração de petróleo na camada pré-sal foi seguido ontem de novos pronunciamentos sobre o tema no Plenário. Os senadores se manifestaram não apenas a respeito do conteúdo das propostas, mas também acerca do rito de tramitação escolhido: regime de urgência – 45 dias na Câmara e 45 no Senado.

Criticaram o regime de urgência, em discursos ou apartes, os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Heráclito Fortes (DEM-PI), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Sérgio Guerra (PSDB-PE). A

parlamentar sul-mato-grossense condenou ainda a criação da Petro-Sal, empresa estatal que poderá ser encarregada da nova fronteira petrolífera.

Cristovam previu que o marco regulatório da exploração do pré-sal dominará os debates no Congresso pelos próximos meses e, por isso, "não devemos ter pressa". Sérgio Guerra considerou o regime de urgência "um verdadeiro acinte ao Congresso".

Mas o líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), considerou suficiente o prazo de 90 dias para exame das propostas. Ele também respondeu aos críticos do modelo, observando que a exploração, embora fundada no regime de partilha, será mista.



Projetos precisam ser aperfeiçoados pelos debates

Cristovam Buarque apoiou a retirada do regime de urgência dos quatro projetos do pré-sal entregues ao Congresso, para que o Parlamento possa realizar audiências públicas sobre cada uma das propostas.

– Insisto que esse assunto deve dominar nossas discussões nos próximos meses, que não devemos ter pressa – advertiu.

Em apartes, os senadores Jarbas Vasconcelos, Marisa Serrano, Heráclito Fortes e Mozarildo Cavalcanti elogiaram o discurso de Cristovam Buarque e concordaram que os projetos referentes ao marco regulatório do pré-sal devem tramitar sem regime de urgência na Câmara dos Deputados e no Senado, para que possam ser aperfeiçoados.

Educação

Cristovam defendeu a destinação de parte dos recursos oriundos da exploração dos campos petrolíferos da camada pré-sal ao financiamento e aperfeiçoamento da educação nacional.



Por que criar estatal para explorar pré-sal?

Marisa Serrano questionou a criação da estatal Petro-Sal, destinada a administrar a riqueza proveniente do petróleo da camada pré-sal.

– A Petrobras não está dando certo? Claro que está. Então, por que essa Petro-Sal? Será um cabide de empregos? O curioso é que há poucos meses o PT acusava os partidos de oposição de tentar acabar com a Petrobras. Pois agora o governo anuncia uma nova empresa para o petróleo. Será que a Petrobras não faria esse novo trabalho? – questionou a senadora.

Marisa Serrano disse que o presidente Lula, ao lançar na segunda-feira os projetos para o pré-sal, parecia estar "reinventando a Petrobras". Observou que a descoberta do petróleo nessa nova área se deve às pesquisas da Petrobras desde a década de 50, e não apenas do atual governo.

A senadora lembrou que a Petrobras começou a perfurar no mar desde que foi criada e sua primeira descoberta foi em Carmópolis (SE), em 1963.



Urgência é um verdadeiro acinte ao Congresso

Sérgio Guerra criticou o regime de urgência imposto pelo governo para a tramitação, no Congresso Nacional, dos quatro projetos de lei que definem as regras de exploração de petróleo na camada pré-sal.

– A urgência constitucional representa um verdadeiro acinte ao Congresso – declarou o senador, que é presidente nacional do PSDB.

Ao lembrar que a descoberta das reservas do pré-sal foi anunciada em novembro de 2007, Sérgio Guerra disse que o governo federal "andou devagar, pois, somente 22 meses depois, apresentou esses projetos de lei".

– Mas, por outro lado, pretende dar aos parlamentares um tempo mais de sete vezes menor para deliberar sobre o assunto – protestou.

O senador observou que, "para especialistas como o senador Francisco Dornelles [PP-RJ], tudo o que o governo pretende com o novo modelo proposto poderia ser obtido com o modelo atual, inclusive de forma mais rápida e segura".



Prazo é suficiente para o exame das propostas

O sistema de exploração do petróleo do pré-sal com o modelo de partilha, pelo qual a produção fica a cargo do Estado, foi defendido ontem por Aloizio Mercadante. O líder do PT disse que acredita ser possível discutir o marco regulatório para a exploração do pré-sal nos próximos 90 dias, prazo que terá o Congresso para votar a proposta.

Mercadante esclareceu que o marco regulatório proposto para a exploração do petróleo na camada pré-sal, embora fundado no regime de partilha, será misto. Vai prever tanto a partilha quanto a concessão, sistema no qual a produção pertence às empresas, que repassam ao governo royalties e impostos. No sistema de partilha, o Estado remunera as empresas a título de cobertura de custos e participação dos lucros.

– O regime é de partilha porque nós queremos consolidar a liderança da Petrobras. Assim, parte de toda a atividade do pré-sal será controlada pela Petrobras, para manter o controle estratégico público sobre as reservas.

Heráclito lê carta de Mução a Lina Vieira, sua mãe

O cargo mais importante ocupado pela ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira é o de mãe, "cargo vitalício". A observação está em carta do humorista e radialista Mução – Rodrigo Emerenciano – em que ele homenageia a mãe. A carta foi lida ontem em Plenário pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

O parlamentar salientou que mais de 83% dos participantes de enquête feita pelo jornalista Ricardo Noblat em seu blog avaliaram que Lina Vieira estava falando a verdade quando disse que a ministra Dilma Rousseff pediu que ela agilizasse a fiscalização nas empresas de Fernando Sarney.



Heráclito Fortes

Prazos para tramitação do projeto de Orçamento

A Mesa do Congresso anunciou o cronograma previsto para análise do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA 2010). Após o início da tramitação na Comissão Mista de Orçamento, os prazos são:

– Em outubro: até o dia 6, realização de audiências; até 14, votação do relatório de receita; até 19, distribuição do

relatório preliminar; até 25, votação do relatório preliminar e suas emendas.

– Em novembro: até 4, apresentação de emendas ao projeto; até 28, votação dos relatórios setoriais.

– Em dezembro: até o dia 15 deve ser votado o relatório-geral; e 22 é a data final para envio da LOA à sanção.

Augusto Botelho alerta para perigo da dengue

O senador e médico Augusto Botelho (PT-RR) advertiu ontem que a epidemia de gripe A não pode fazer o Brasil esquecer os perigos da dengue, uma virose grave e de rápida infestação, que afeta milhares de brasileiros todos os anos. De acordo com dados do Ministério da Saúde citados pelo senador, cerca de 300 mil brasileiros contraíram dengue de janeiro a junho deste ano. Houve redução na incidência em todos os estados. Mas o combate à dengue não pode ser colocado em segundo plano, disse. Em Roraima, campanha contra a dengue indica que ela "pode matar, mas também pode ser evitada e derrotada se houver união de todos".



Augusto Botelho

César Borges pede mais infraestrutura para a Bahia

Ao relatar sua participação, no fim de semana, na inauguração de uma associação de produtores e pecuaristas no sudoeste de seu estado, César Borges (PR-BA) cobrou do governo investimentos em infraestrutura na região. Segundo o senador, alguns agricultores sofrem prejuízos ao escoar a produção por estradas em péssimas condições e já pensam em deixar a Bahia. César Borges disse que a produção do estado está, hoje, entre as maiores do país, com grãos, como milho, soja e café, e outros produtos, como o algodão e a mandioca. "A iniciativa privada faz a sua parte, o produtor acredita. Entretanto, é preciso que o governo faça a sua parte", cobrou.



César Borges

O relator, Flexa Ribeiro, estendeu o uso do combustível ao transporte de pessoas e de mercadorias e assegurou que o fornecimento possa ser feito por qualquer produtor

Comissão aprova combustível de óleo vegetal para veículos

A COMERCIALIZAÇÃO E o uso do óleo de origem vegetal, puro ou com mistura, como combustível para diferentes veículos receberam ontem parecer favorável da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A proposta, apresentada pelo senador Gilberto Goellner (DEM-MT), foi aprovada com emendas do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), e segue para decisão terminativa na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

De acordo com a proposta (PLS 81/08), ficam autorizados a comercialização e o uso de óleo vegetal, *in natura* ou misturado, como combustível para tratores, veículos de transportes de pessoas e de mercadorias, máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola e florestal, máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, geradores de energia, motores, bem como no transporte ferroviário e hidroviário.

O objetivo de Goellner foi baratear os custos de produção do setor agropecuário. Ele acredita que, dados o potencial de produção e a tradição de cultivo



Valter Pereira, que preside a CRA: decisão final será da Comissão de Infraestrutura

de plantas oleaginosas no país, o uso do óleo vegetal como combustível automotor não comprometerá a oferta desse produto para fins alimentares. A redução da dependência de combustíveis de origem fóssil e dos níveis de emissão de gases poluentes é outra vantagem alinhada por Goellner.

Transporte de pessoas

Flexa Ribeiro propôs a inclusão do transporte de pessoas e mercadorias como forma de melhorar a qualidade do ar dos centros urbanos. Outra emenda do relator estabelece

que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) deve elaborar a regulamentação necessária para que as refinarias possam comercializar óleo vegetal *in natura* diretamente aos consumidores. Na opinião do relator, essa inovação diversifica o mercado de combustíveis e reduz custos de transação com intermediários.

O texto exclui dispositivo da Lei 11.097/05 que dá preferência aos agricultores familiares no fornecimento de matéria-prima para produção de biodiesel. Assim, quaisquer produtores rurais poderão fornecer óleo vegetal às refinarias.

Minc pede ao Congresso sugestões para conferência

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, quer sugestões do Congresso Nacional para fundamentar a posição brasileira na Convenção do Clima (COP 15), que ocorrerá no mês de dezembro, em Copenhague. Ele esteve ontem na Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC), onde tratou do Plano Nacional de Mudanças Climáticas.



Minc recomenda votação do Fundo de Compensação de Mudanças Climáticas

Minc recomendou aos parlamentares a votação de projetos relevantes para a proposta a ser apresentada pelo Brasil na conferência. Entre esses projetos, citou o Fundo de Compensação de Mudanças Climáticas.

A presidente da comissão, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), propôs a inclusão do Projeto de Lei 5.367/09, que institui o Código Ambiental Brasileiro e prevê compensação financeira aos produtores rurais que pre-

servam a natureza.

O ministro informou ainda que Pará, Mato Grosso e Rondônia já registram recuperação de áreas degradadas. Conforme Minc, 20% das áreas identificadas como de "corte zero" – totalmente desmatadas – nesses estados apresentam recuperação ou ressurgimento de árvores.

– Isso significa que as políticas de embargo e de fiscalização estão funcionando – afirmou.

Problemas da cultura do cacau geram audiências

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) deverá debater os problemas do setor cacauzeiro e a evolução das ações do programa denominado PAC do Cacau. O requerimento é de autoria de César Borges (PR-BA). Deverá ser realizada ainda uma segunda audiência para discutir a situação do cacau em outros estados, como o Espírito Santo e o Pará, por sugestão de Gerson Camata (PMDB-ES) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

A exploração, a tributação e o uso da água mineral também serão debatidos pela CRA, segundo requerimento de Neuto de Conto (PMDB-SC) aprovado ontem.

A CRA acolheu ainda requerimento de Kátia Abreu (DEM-TO) para audiência conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) com a finalidade de debater os impactos do Decreto 6.620/08 e da Resolução 1.401/09, da Antaq, na inibição de investimentos privados para a construção de terminais portuários.

A comissão aprovou ainda requerimento de informações ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, sobre os países que proibiram agrotóxicos como o abamectina, o carbofurano e o triclorfom, e sobre os estudos que embasaram a reavaliação desses produtos pela Anvisa.

Elogios à retaliação da OMC aos Estados Unidos

Os senadores da CRA elogiaram a decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC) que autorizou o Brasil a retaliar os Estados Unidos pela concessão de subsídios aos seus produtores de algodão. Para Gerson Camata (PMDB-ES), foi uma vitória importante, resultado de uma negociação conduzida com muita habilidade pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Na opinião do senador, a CRA deveria enviar cumprimentos formais ao ministro e solicitar o uso do trunfo em futuras negociações para derubada de subsídios em áreas como cítricos ou mesmo para o fim das sobretaxas impostas para importação de produtos têxteis.

Gilberto Goellner (DEM-MT) também disse considerar que a retaliação aos Estados Unidos não seria uma boa medida. O senador sugeriu o uso da vitória junto à OMC como "moeda de troca" nas negociações relativas a outros produtos agrícolas como o etanol e os biocombustíveis.

O presidente da CRA, senador Valter Pereira (PMDB-MS), afirmou que a vitória serve para afastar qualquer tipo de receio de se recorrer a organizações internacionais para resolver contendas que têm trazido prejuízos para os produtores brasileiros.



Mesquita Júnior classifica de esmola a proposta que institui a bolsa floresta

Mesquita Júnior ataca "ecologistas de gabinetes"

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) acusou o que chamou de "ecologistas aboletados em gabinetes elegantes" de tratarem a Amazônia como se na região só tivesse árvores e macacos, ignorando milhões de pessoas que vivem ali e enfrentam dificuldades extremas.

O senador tachou de esmola a ideia desses ecologistas de criar uma bolsa floresta, destinada a pessoas que vivem extraindo látex de seringais ou coletando castanha-do-pará.

– Quem mora e trabalha na floresta quer é preço para seus produtos. Por que o governo não pensa em melhorar a vida dessas pessoas oferecendo-lhes preços mais dignos? O governo não tem uma política de valorização das pessoas que moram na Amazônia. Há um total descompromisso com os amazônidas. Ele só tem compromisso midiático – frisou o parlamentar.



Roberto Cavalcanti aponta risco à atividade pecuária no Nordeste

Pedido de socorro contra praga que devasta palma

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) pediu providências às autoridades federais contra a praga que vem devastando plantações de palma forrageira na Paraíba. O senador explicou que o inseto cochonilha-do-carmim (originário do México) vem comprometendo seriamente a safra de palma forrageira, que serve como alimento para os rebanhos nordestinos (de bovinos, caprinos e ovinos).

– Sem a palma forrageira é impossível qualquer atividade pecuária sustentável na quase totalidade das áreas e zonas rurais semiáridas do Nordeste.

Roberto Cavalcanti lembrou que Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) enviou requerimento ao ministro da Agricultura pedindo informações sobre as ações do ministério para resolver o problema em seu estado.

Cícero Lucena (PSDB-PB) e Jarbas Vasconcelos apoiaram o pronunciamento.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Efraim Moraes • Papaléo Paes • Flávio Arns • Mão Santa • José Nery

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Tião Viana propõe regras para gestão cooperativa no SUS

Tião Viana (PT-AC) anunciou ter apresentado projeto que define procedimentos para a gestão cooperativa no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se, segundo ele, de dar estatuto legal às comissões intergestoras e aos colegiados regionais, criados por portarias ministeriais.

– Essa matéria é a confirmação da proteção jurídica legislativa para o Sistema Único de Saúde no Brasil, no que diz respeito à democratização desse setor.

De acordo com a proposta, a cooperação na saúde se dará por meio de comissões intergestoras tripartites (nacional, com gestores dos níveis federal, estaduais e municipais) e bipartites (estadual, com gestores estaduais e municipais). Há ainda colegiados de gestão regional, compostos por gestores municipais e estaduais de saúde. Essas comissões pactuarão sobre a organização, a direção e a gestão da saúde, e os pactos firmados serão formalizados em ato dos gestores federal e estadual.

Uso de antibiótico em animais pode ter controle

Tião Viana anunciou ainda a apresentação de projeto para proibir o uso não terapêutico de antibióticos em animais, e também para atribuir à Anvisa competência para determinar os princípios ativos envolvidos e registrar os produtos que os contenham. Ele condenou o uso de antibióticos na composição de suplementos alimentares e disse que esse costume traz risco à saúde humana, já que promove a perda da eficácia terapêutica de antibióticos usados na medicina humana.

– A indústria de produção animal está usando, indiscriminadamente, produtos que são nocivos também à saúde humana quando mal empregados na saúde animal.

Recursos serão usados também na produção de helicópteros e aeronaves para equipar Forças Armadas. Comissão realizará ainda audiências para debater marco regulatório do pré-sal e sistemática de remuneração por serviços de saúde



Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos aprovaram também a realização de diversas audiências públicas

CAE autoriza empréstimo para construção de submarinos

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem autorização para contratação, pela União, de empréstimo externo no valor de 6 bilhões de euros junto a um consórcio de bancos para financiar a construção de submarinos e para equipar as Forças Armadas.

A maior parcela dos recursos – 4,3 bilhões de euros – será destinada ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub). A ideia é construir quatro submarinos convencionais do tipo Scorpène. O dinheiro também será usado para o pagamento de assistência francesa visando ao desenvolvimento da parte não nuclear de um submarino movido a reator atômico. Os recursos serão

aplicados ainda na construção de um estaleiro e de uma base para submarinos na baía de Sepetiba (RJ).

Os outros 1,7 bilhão de euros serão aplicados no Projeto H-X BR, com o objetivo de produzir 50 helicópteros de médio porte e aeronaves modelo EC 725, a partir de parceria entre a empresa francesa Eurocopter e a brasileira Helibrás.

As duas mensagens presidenciais seguem agora para o Plenário, onde serão votadas em regime de urgência, por conta de requerimento nesse sentido aprovado na CAE. Os relatores das propostas, César Borges (PR-BA) e João Vicente Claudino (PTB-PI), são favoráveis aos empréstimos.

Audiência discutirá pagamento por serviços de saúde

Na reunião de ontem, a CAE acolheu sugestão de Sérgio Guerra (PSDB-PE) para realização de audiência pública sobre projeto (PLC 39/07) que modifica a sistemática de remuneração aos prestadores de serviços de saúde e de seu relacionamento com hospitais,

laboratórios e operadoras de planos de saúde.

O projeto, do deputado Inocêncio Oliveira, foi aprovado pela Câmara dos Deputados e atualmente tramita na CAE. Para Sérgio Guerra, a matéria necessita de análise mais profunda. Ele alerta que, se a

Pré-sal

A CAE aprovou ainda requerimento de Francisco Dornelles (PP-RJ) propondo realização de audiência pública para debater o marco regulatório do pré-sal. A data ainda será marcada.

Eliseu Resende (DEM-MG) disse esperar que a Marinha Brasileira seja contemplada com a distribuição dos royalties provenientes da exploração de petróleo na camada pré-sal.

Foi aprovado também requerimento de Kátia Abreu (DEM-TO) para audiência visando analisar a suspeita de formação de cartel por empresas processadoras que dominam o mercado da laranja no país, em detrimento dos pequenos e médios produtores.

proposta for aprovada como está, vai alterar não apenas a assistência à saúde, mas também um mercado regulado, controlado e fiscalização pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A data para a realização da audiência ainda será marcada.

Comissão aprova arrecadação de recurso para Fust

A CAE aprovou substitutivo de Francisco Dornelles (PP-RJ) a projeto que disciplina a arrecadação da contribuição devida ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) por empresas prestadoras de serviços de telecomunicações. A proposta, de Renato Casagrande (PSB-ES), ainda será examinada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), na qual receberá decisão terminativa.

O projeto (PLS 297/07) altera a lei que instituiu o Fust (Lei 9.998/00), determinando que seja integrada ao fundo a contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta de cada mês civil decorrente da prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado.

O substitutivo de Dornelles estabelece ainda que a falta ou insuficiência do recolhimento da contribuição implicará a aplicação de multa e juros.

Água

A comissão também aprovou requerimento de Neuto de Conto (PMDB-SC) para a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para discutir a exploração, tributação e utilização da água mineral.

Neuto de Conto sugeriu que sejam convidados para o debate os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, e da Agricultura, Reinhold Stephanes, o secretário de Geologia e Mineração do MME, Claudio Scliar, e os presidentes do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Paulo Camilo; da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (Abinam), Carlos Lancia; e do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Nelson Machado.



Senador cita estudo que aponta o Brasil como o sexto mais violento do mundo

Efraim pede valorização de policiais militares

Efraim Moraes (DEM-PB) fez ontem um apelo aos deputados pela aprovação da PEC (300/08) que equipara a remuneração dos policiais militares dos estados à dos policiais militares do DF. Para o senador, a aprovação da PEC contribuirá para aumentar a segurança pública no Brasil – o sexto país mais violento do mundo, segundo pesquisa do Instituto Sangari citada por Efraim. Ele defendeu a adoção de medidas como uma melhor remuneração para os policiais, o aumento do efetivo, a aquisição de equipamentos modernos e treinamento dos profissionais.

– Não posso acreditar que um cidadão mal remunerado possa ir às ruas e garantir a nossa segurança – lamentou.

APENAS CINCO ESTADOS FAZEM TESTE DO PEZINHO EM HOSPITAIS

Flávio Arns (sem partido-PR) lamentou que apenas cinco dos 27 estados brasileiros tenham implantado o chamado “teste do pezinho” em recém-nascidos ainda no hospital. O sangue retirado nesse teste permite detectar casos suspeitos de cinco doenças, inclusive a fibrose cística. O exame ainda no hospital foi implantado apenas no Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais (só em Belo Horizonte). Arns fez o alerta ao lembrar que se comemora em 5 de setembro o Dia Nacional da Fibrose Cística.

MÁRIO COUTO: LULA É “O CARRASCO DOS APOSENTADOS”

Mário Couto (PSDB-PA) protestou ontem contra o que chamou de “humilhação” que o governo vem impondo aos aposentados brasileiros. Ele reclamou das várias promessas não cumpridas por ministros para ajustar as aposentadorias de acordo com o índice do salário mínimo. O senador sugeriu que os aposentados subam a rampa do Palácio do Planalto e fiquem lá até que o presidente, “o carrasco dos aposentados brasileiros”, resolva o problema.

PAIM QUER CRIAÇÃO DO FUNDEP NA PAUTA DO SENADO

Em audiência com o presidente do Senado, José Sarney, o senador Paulo Paim (PT-RS) pediu que seja colocada na pauta de votações a Proposta de Emenda à Constituição 24/05, de sua iniciativa, que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional (Fundep). Pela proposta, o Fundep receberia 2% do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, além de 3% da arrecadação do PIS/Pasep. A estimativa é que cerca de R\$ 9 bilhões serão distribuídos a estabelecimentos de ensino público e privado conveniados.

Expedito cobra transferência de servidores de ex-território para folha da União



Expedito Júnior anuncia protesto de servidores

Expedito Júnior (PR-RO) anunciou em Plenário a realização de manifestação, no próximo dia 16, em favor da aprovação, pela Câmara dos Deputados, da PEC que trata da transferência de servidores do extinto território de Rondônia para a folha da União.

Apresentando um abaixo-assinado contendo mais de 500 assinaturas de professores de seu estado, favoráveis à aprovação da PEC, Expedito informou que na manifestação deverão estar presentes diversas autoridades estaduais. Segundo o senador, a transferência dos servidores do ex-território de Rondônia para a União permitirá ao estado uma economia mensal de R\$ 30 milhões.

Proposta aprovada por comissão reduz a um ano o prazo máximo para que fornecedores de serviços essenciais possam cobrar dívidas ou exigir comprovantes



Cícero Lucena (D) apresenta seu relatório, que visa corrigir "imperfeições" da proposta da Câmara dos Deputados

Prazo menor para guarda de recibo beneficia consumidor

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem projeto que reduz para um ano o prazo máximo para que fornecedores de serviços essenciais possam cobrar dívidas do consumidor ou exigir comprovante de pagamento ou qualquer tipo de fatura do serviço. Atualmente, o prazo de prescrição da cobrança é de cinco anos, tempo em que os recibos devem ficar guardados para eventual comprovação

do pagamento. A aprovação definitiva da matéria (PLC 99/09) deixará o consumidor livre para descartar a papelada depois de um ano da data de emissão.

O projeto define como essenciais os serviços de água, energia elétrica, gás encanado, captação de esgoto e telefonia fixa. Na CMA, a proposta foi aprovada na forma do substitutivo preparado pelo relator, Cícero Lucena (PSDB-PB). Segundo ele, o novo texto mantém o "espírito" do projeto original, mas corrige

imperfeições que poderiam comprometer sua eficácia.

A matéria irá agora para exame em Plenário. Se for confirmado o substitutivo, e não o texto original, o projeto deverá voltar à Câmara para revisão.

Autor da proposta, o deputado licenciado Walter Pinheiro (PT-BA) lembra que é comum o sacrifício imposto aos consumidores, obrigados a localizar recibos para comprovar o pagamento de serviços depois de muitos anos.

Cassel é convidado a explicar ajuda do governo ao MST

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, será convidado a explicar, às comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), repasses de recursos para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por meio de organizações sociais que supostamente funcionam como uma rede de captação de dinheiro para o movimento. O requerimento para a audiência conjunta com o ministro foi aprovado ontem pelas duas comissões.

A autora do requerimento para convite ao ministro foi a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS). No documento, ela cita reportagem publicada pela revista *Veja*, na edição desta semana, intitulada "Por dentro do cofre do MST". De acordo com a revista, as organizações não governamentais (ONGs) que operam para o MST são de "fachada", recebendo recursos do governo e do exterior para treinar e capacitar mão de obra em cursos que nem sempre são comprovados.



Marisa Serrano, Cristovam, Gerson Camata e Rosalba Ciarlini na reunião da CE

Preferência a idosos, gestantes e deficientes na compra de ingressos

Idosos, gestantes e pessoas com deficiência poderão ter tratamento preferencial na compra de ingressos e no acesso a eventos culturais, artísticos e esportivos. A medida consta do Projeto de Lei da Câmara 33/09, aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta será ainda examinada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O relator do projeto, Gerson Camata (PMDB-ES), considerou justa a iniciativa de se facilitar o acesso a eventos culturais e esportivos a pessoas com necessidades especiais. Dessa forma, observou, se poderá assegurar que esses grupos "possam não apenas consumir os bens culturais, como também contribuir

para a formação cultural da sociedade".

Zumbi

Os parlamentares da CE aprovaram também que no dia 20 de novembro será comemorado o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, mas decidiram que a data não se transformará em feriado nacional. A comissão aprovou parcialmente substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado 520/03 e, atendendo a sugestão do relator do substitutivo, Heráclito Fortes (DEM-PI), foi favorável ao primeiro artigo do texto, que institui a data nacional e aponta o dia 20 de novembro, dia do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares, para a sua celebração.

Entidade cobra a votação de regras para contribuição sindical

Representantes do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), organismo que congrega cerca de 9 mil sindicatos, pediram ontem ao presidente do Senado, José Sarney, pressa na votação de projeto (PLS 248/06) do senador Paulo Paim (PT-RS) que regulamenta a cobrança da contribuição assistencial pelos sindicatos. O projeto está pronto para ir a Plenário.

Paim justifica a proposta afirmando que as entidades sindicais enfrentam "verdadeira maratona" para que as empresas façam o desconto das contribuições na folha de pagamento. Isso acontece, acrescentou, mesmo quando o valor é fixado em assembleia da categoria ou convenção coletiva, e apesar dos estatutos fixados em decorrência da autonomia sindical.

– É um total desrespeito ao

princípio da autonomia e da liberdade sindical, previsto na Constituição. É necessária uma norma legal que acabe com a insegurança jurídica no que se refere a essas contribuições, que são fundamentais para o funcionamento e o desenvolvimento das entidades sindicais. Sem esses recursos, a prestação de serviços relevantes aos trabalhadores acaba sendo impedida ou dificultada – argumenta Paim. Criado em 2003 por iniciativa de 288 federações e 14 confederações, o Fórum Sindical dos Trabalhadores, de acordo com seu site na internet, nasceu em resposta a propostas apresentadas pelo governo contra a unicidade sindical e outros direitos trabalhistas. Uma das principais demandas do fórum é a superação das dificuldades para repasse da contribuição sindical.

Senadores buscam solução para as perdas de aviários aposentados

Com a finalidade de obter um acordo capaz de pôr fim às perdas sofridas pelos ex-funcionários da Varig e da Transbrasil, os senadores Paulo Paim (PT-RS), Alvaro Dias (PSDB-PR), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Augusto Botelho (PT-RR), assim como a presidente do Sindicato Nacional dos Aeroaviários, Graziella Baggio, reúnem-se hoje, no gabinete da Presidência do Senado, com o chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), José Antonio Toffoli.

Eles conseguiram agendar a reunião durante uma audiência na manhã de ontem com o presidente da Casa, José Sarney, quando disseram estar aguardando há 120 dias que a AGU os chame a fim de buscar conjuntamente uma solução para o problema. Enquanto o encontro acontecia na sala de Sarney, cerca de 150 dos 10 mil aposentados e pensionistas daquelas empresas se manifestavam do lado de fora do gabinete, fazendo orações por um acordo definitivo.

Conforme representantes da categoria, o que dificulta o acordo são disputas em torno

dos valores a serem pagos pela União à Varig como ressarcimento por perdas provocadas por planos econômicos do passado. O governo alega que a União também tem dinheiro a receber da Varig por impostos não recolhidos pela empresa.

No encontro com Sarney, Graziella disse que, sem condições de retornar ao mercado de trabalho, esses aviários estão com os benefícios previdenciários reduzidos a 8%, enfrentando inúmeras necessidades.

– Junto com senadores que estão apoiando essa luta, viemos buscar apoio para uma solução definitiva para os trabalhadores de empresas aéreas que suspenderam suas operações. A possibilidade de acordo existe. Essa ação gira em torno de R\$ 4,5 bilhões. A AGU pediu a suspensão do julgamento no STF [Supremo Tribunal Federal]. Já se passaram 120 dias e nada aconteceu – disse Graziella Baggio ao presidente do Senado.

Segundo Alvaro Dias, o governo federal tem que dizer sim ou não. "São 10 mil pessoas que aguardam uma decisão", observou.



Em audiência com Sarney (C), senadores agendaram reunião com chefe da AGU

Advogado faz denúncia à CPI da Pedofilia

O advogado Afonso Luciano Gomes Amâncio apresentou ontem ao presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), denúncia de abuso sexual praticado por Ronaldo Lázaro Tiradentes contra a so-

brinha, Keyla Roberta Gregório da Silva. O advogado entregou cópia de depoimento da vítima à Polícia Federal no Amazonas. Magno Malta disse que submeterá a denúncia à CPI e que, se necessário, a vítima, o acusado

e sua esposa, Maria José, poderão ser convidados.

Segundo Keyla, Ronaldo Tiradentes a criou desde os quatro anos, quando ficou órfã de pai. Hoje com 27 anos, ela afirma que, no período em que viveu

na casa do tio, foi abusada sexualmente por ele, o que a fez decidir sair de casa aos 13 anos. Keyla disse que mesmo assim continuou a ser assediada até ter uma filha, que está com 11 anos, não reconhecida pelo tio.